



Câmara Municipal de São Paulo

Folha nº 430	do Proc.
Nº 5	de 1993
O Funcionário	

PARECER
2090/93

DA COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E
MEIO AMBIENTE SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 545/93

Provindo do Executivo, o presente projeto de lei, nº 545/93, procura estabelecer diretrizes e mecanismos para a implantação da Operação Urbana Água Branca, operação esta que procura reurbanizar parte dos bairros da Água Branca e da Barra Funda, definindo um programa de melhorias para a área.

Assim, coordenadas pela EMURB, e com a participação dos proprietários e investidores privados, a Operação visa alcançar transformações urbanísticas na área delimitada, com reduzida participação de recursos públicos.

Esta região já havia sido indicada na proposta de Plano Diretor de 1985, gestão Mário Covas, como uma das áreas possíveis de operação urbana no sentido de incrementar o desenvolvimento urbano e garantir melhor ocupação, inclusive pela sua localização que é privilegiada tanto em termos da Cidade de São Paulo como da região metropolitana. No entanto, o que se verifica é que extensas porções desta área estão sub-ocupadas ou vazias mesmo, como é o caso da ZB-060.

Outro motivo para uma intervenção na área é a questão do parcelamento da área, formada em grande parte por grandes glebas, não compatíveis com a escala do pedestre, havendo necessidade, portanto, de uma repartição dessas glebas através de abertura de novas vias de circulação para termos uma formatação urbana mais racional e de melhor aproveitamento.

A questão da drenagem é outro problema fundamental da região, em especial na área da várzea do Rio Tietê, córrego da Av. Pacaembu, na região do Memorial da América Latina e outros pontos, onde o quadro nesse tocante se apresenta precário, necessitando de



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º	383	do Proc.
N.º	545	de 1929
O Funcionário	A	

intervenção.

Temos, ainda, quanto ao aspecto viário estrutural, algumas carências e a necessidade de compatibilizar esta estrutura principal do viário com o adensamento que o projeto provocará na área. O maior motivo para o atual quadro viário foi a ferrovia que acabou por se constituir uma barreira física muito forte, de maneira que o processo de urbanização ficou prejudicado em termos de ocupação pela dificuldade de transposição. Há necessidade, portanto, de se promover maior facilidade na transposição da ferrovia no trecho e promover a extensão de vias laterais à mesma tanto para ajudarem na integração da área como para servirem de apoio no escoamento de tráfego à Av. Francisco Matarazzo, hoje bastante saturada.

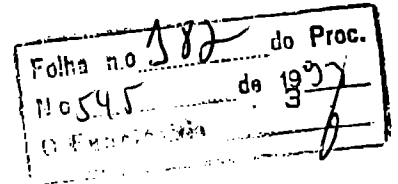
É nesse sentido, de procurar solucionar os problemas acima descritos, que o Programa de Obras, elencado no Quadro I anexo ao projeto, inclui abertura de ligações viárias e avenidas, construção de ponte sobre o Rio Tietê e de passagem sob a estrada de ferro, reparcelamento e arruamento de áreas, revisão dos sistemas de micro e macro drenagem da área em estudo, construção de unidades habitacionais de interesse social, construção de edifício para a administração municipal, implantação e ampliação de espaços públicos, áreas verdes e equipamentos coletivos.

A reurbanização da área, com a conseqüente melhoria da qualidade de vida dos habitantes da região, é de real importância, daí a necessidade de se fazer esta operação urbana.

Sabemos todos das dificuldades econômicas que o Estado brasileiro, no caso específico o Município de São Paulo, encontra-se imerso para fazer frente aos enormes desafios que se apresentam no dia a dia, não só para a questão urbanística, como para a questão da saúde, do transporte, da habitação, etc, etc. Assim, uma operação urbana como a que agora se apresenta, ao procurar ob-



Câmara Municipal de São Paulo



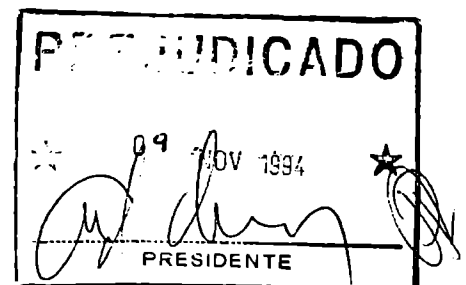
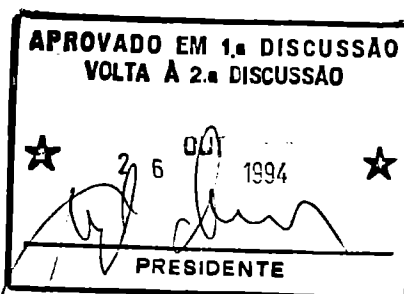
ter recursos junto à iniciativa privada para a construção de obras e equipamentos, tal como é facultado pela Lei Orgânica do Município, é uma medida bem vinda.

Conforma determina a Lei Orgânica do Município, foram realizadas por esta Comissão duas audiências públicas sobre a matéria. Nelas, a EMURB apresentou o projeto, tendo sido formuladas por entidades e interessados presentes diversas sugestões de modificações no projeto. Algumas delas foram aceitas pela EMURB que as encampou e as encaminhou ao relator desta Comissão, como por exemplo a questão da transferência do potencial construtivo dos imóveis, que não será permitida para os imóveis de propriedade do Poder Público de maneira a evitar uma eventual saturação da infraestrutura urbana. Julgamos as modificações encaminhadas procedentes e as introduzimos dentro do substitutivo que ora segue:

SUBSTITUTIVO Nº DA COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 545/93

Estabelece diretrizes e mecanismos para a implantação da Operação Urbana Água Branca, define programa de melhorias, previsto para a área objeto da Operação, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo decreta:





Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º	383	do Proc.
N.º	545	de 419
do Funcionário		97

Art. 1º - Fica aprovada a Operação Urbana Água Branca, compreendendo um conjunto integrado de intervenções, coordenadas pelo Executivo através da Empresa Municipal de Urbanização - EMURB, com a participação dos proprietários, moradores e investidores privados, visando alcançar transformações urbanísticas com reduzida participação de recursos públicos.

§ 1º - A área objeto da Operação Urbana Água Branca é a constante do perímetro assinalado na planta anexa nº BE-05-1B-001, do arquivo da Empresa Municipal de Urbanização - EMURB, acrescida da área dos lotes limdeiros aos logradouros que determinam referido perímetro, assim descrito: começa na Avenida Castelo Branco, Avenida Abraão Ribeiro, Avenida Pacaembu, Rua Paraguassu, Rua Traipu, Rua Turiassu, Avenida Pompéia, Rua Carlos Vicari, Avenida Santa Marina, Avenida Comendador Martinelli até o ponto inicial.

§ 2º - A Empresa Municipal de Urbanização - EMURB poderá praticar os atos necessários à realização da Operação Urbana Água Branca.

Art. 2º - A Operação Urbana Água Branca tem como objetivo geral promover o desenvolvimento urbano e melhorar a qualidade de vida dos atuais e dos futuros moradores da área objetivada, promovendo a valorização da paisagem urbana, a melhoria da infra-estrutura e da sua qualidade ambiental.

Art. 3º - A Operação Urbana Água Branca tem como objetivos específicos:

I - Implantar o programa de obras descrito no Quadro nº 1, anexo a esta lei, de ampliação do sistema viário e drenagem da região.

II - Construir, em locais adequados, situados dentro do perímetro de que trata o artigo 1º desta lei, habitações para a população de baixa renda que resida na área da Operação Urbana, em condições precárias;

III - Ampliar e implantar, na região, espaços públicos, áreas verdes e equipamentos coletivos;



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 174	do Proc.
N.º 545	de 19 93
O Funcionário	5

IV - Viabilizar a melhoria e a expansão do sistema de drenagem na área da Operação e em suas imediações;

V - Viabilizar a implantação de equipamentos coletivos e de áreas verdes, tendo em vista o atendimento à população e à melhoria da qualidade ambiental;

VI - Garantir à população padrões ambientais e paisagísticos adequados, tanto para criação de espaços públicos que propiciem relações de convívio mais amplos, quanto para sua própria segurança;

VII - Garantir a participação da população moradora, proprietários e usuários da região, no processo de formulação, discussão, aprovação e implantação do plano da Operação Urbana.

Art. 5º - A Operação Urbana Água Branca tem as seguintes diretrizes viárias, assinaladas na planta nº BE-05-1B-002, do arquivo da Empresa Municipal de Urbanização - EMURB;

I - Abertura de via entre a Avenida Francisco Matarazzo e Rua Tagipuru, com 30,00 metros de largura e 120,00 metros de extensão;

II - Abertura de via em extensão à Avenida Gustav Willi Borghoff, do Terminal Barra Funda até à Avenida Santa Marina, com 20,00 metros de largura e 870,00 metros de extensão;

III - Abertura de via em extensão à Avenida José de Nelo Lorenzon, a sul, entre a Avenida Marquês de São Vicente e a via descrita no item anterior, com 20,00 metros de largura e 900,00 metros de extensão;

IV - Abertura de via em extensão à Rua Mário de Andrade, até a Rua Carijós, com 18,00 metros de largura e 2.000,00 metros de extensão;

V - Implantação de passagem de nível na Avenida Santa Marina, com 300,00 metros de extensão, a fim de transpor as linhas ferroviárias da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU e Ferrovia Paulista S.A. - FEPASA;

VI - Implantação de ponte sobre o Rio Tietê, em continuidade à Avenida Água Preta/Pompéia, de acordo com o disposto na Lei nº 8.895, de 19 de abril de 1979.



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 285	do Proc.º
No 545	de 1953
Assinatura	

VII - Implantação de viaduto ligando a Av. Antártica com a Av. Sumaré sobre a Rua Turiassú e Praça Marrey Júnior.

Art. 6º - Para os fins desta lei, o Executivo poderá, mediante chamamento por edital, convocar os interessados para apresentarem propostas de Operação Urbana, e que poderão conter solicitações relativas a:

I - Modificação de índices e características de parcelamento, uso e ocupação do solo e subsolo, bem como modificação das normas edilícias;

II - Cessão onerosa do espaço público aéreo ou subterrâneo, resguardado o interesse público;

III - Regularização de construções, reformas ou ampliações executadas em desacordo com legislação vigente e concluídas até a data da publicação desta lei.

§ 1º - As propostas referidas no "caput" deste artigo deverão ser feitas para os imóveis contidos no perímetro definido no parágrafo 1º do artigo 1º desta lei.

§ 2º - Poderá ser concedida autorização a particulares para a realização de obras e serviços de melhoria e conservação de áreas públicas, as quais deverão ser realizadas sem qualquer ônus para a Prefeitura e sob sua orientação.

§ 3º - Caso as propostas envolvam áreas onde existam habitações subnormais, os proponentes deverão incluir em seu escopo a solução do problema habitacional dos seus moradores, a ser realizada em conjunto com o Executivo e sob a sua orientação.

§ 4º - Ressalvada sua destinação, o total de área dos bens de uso comum, dominiais e de uso especial pré-existentes na área envolvida na proposta da Operação Urbana, poderá ser remanejado dentro da própria área, objetivando sua melhor utilização, vedada a redução desse total.

Art. 7º - As desapropriações necessárias à realização da Operação Urbana Água Branca equiparam-se, para todos os efeitos, às desapropriações previstas no artigo 44 da Lei federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979.

Parágrafo único - As propostas que envolvam desa-



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 186	do Proc.
N.º 545	do 19 58
O Funcionário	J

propriações para integrar o conjunto de áreas destinadas à incorporação imobiliária somente serão aceitas se forem de montante inferior a 20% (vinte por cento) do total da área objeto da proposta, excluídas as áreas públicas.

Art. 8º - Fica o Executivo autorizado a receber, a título de doação, as áreas necessárias à implantação dos melhoramentos públicos propostos pela Operação Urbana Água Branca, descritos no Quadro nº I anexo à esta lei.

Parágrafo único - Para as áreas remanescentes dos lotes em que vier a ocorrer a doação citada no "caput" deste artigo, o cálculo da área construída permitida levará em conta a área original dos lotes, aplicando-se o coeficiente de aproveitamento fixado pela Legislação de Uso e Ocupação do Solo em vigor.

Art. 9º - Para incentivar a restauração e a conservação dos imóveis classificados como ZB-200, dos já tombados e dos que vierem a ser tombados pelo Poder Público na vigência desta lei, e contidos no perímetro descrito no parágrafo 1º do artigo 1º desta lei, observar-se-á o seguinte:

I - Será admitida a transferência do potencial construtivo não utilizado nos imóveis referidos no "caput" deste artigo, pelo seu valor equivalente, para outros imóveis localizados fora do perímetro da Operação Urbana Água Branca;

II - O potencial construtivo do imóvel preservado será calculado pela diferença entre o potencial construtivo do lote, considerados os coeficientes de aproveitamento máximo previsto pela legislação de uso e ocupação do solo vigente, e a área construída nele existente;

III - A área construída permitida para o imóvel cessionário será calculada mediante seguinte fórmula:

$$A.c.a = \frac{VTp}{VTc} \times \frac{CAC}{CAP} \times P.c.n.u.$$

onde: A.c.a = área construída adicional do imóvel cessionário;

VTp = valor de mercado do metro quadrado do terreno do imóvel preservado;



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 107	do Proc.
N.º 545	do 1953
O Funcionário	J

VTC = valor de mercado do metro quadrado do terreno do imóvel cessionário;

CAC = coeficiente de aproveitamento do imóvel cessionário;

CAP = coeficiente de aproveitamento de imóvel preservado;

P.c.n.u = Potencial construtivo não utilizado do imóvel preservado em m² (metros quadrados).

§ 1º - A Prefeitura aprovará a transferência do potencial construtivo correspondente ao valor referido no inciso I deste artigo, após analisar seu impacto urbanístico nas imediações dos imóveis receptores, desde que o adicional dessa área construída não eleve em mais de 50% (cinquenta por cento) o coeficiente de aproveitamento permitido para a quadra em que se situam os imóveis receptores.

§ 2º - Não serão aceitas transferências de potencial construtivo para imóveis contidos no perímetro descrito no parágrafo 1º do Art. desta lei, e para imóveis situados nas zonas de uso Z1, Z9, Z14, Z15, Z16, Z17, Z18, Z8-100, nos corredores de uso especial Z8-CR1, Z8-CR2, Z8-CR4, quando lindeiro a zonas de uso Z1, Z8-CR5 e Z8-CR2 e nas áreas de proteção dos mananciais, definidos pela legislação estadual pertinente.

§ 3º - A análise de impacto urbanístico a que se refere o parágrafo 1º deste artigo deverá observar os seguintes parâmetros urbanísticos:

- a) as diretrizes constantes do Plano Diretor;
- b) o impacto urbanístico da implantação do empreendimento no tocante à saturação da capacidade viária do entorno, à qualidade ambiental e à paisagem urbana;
- c) o uso e a ocupação do solo existente no entorno e as tendências do seu desenvolvimento.

§ 4º - As diretrizes para os projetos de restauro e conservação dos imóveis referidos no "caput" deste artigo serão fornecidas pelos órgãos competentes, através do Grupo de Trabalho Intersecretarial de que cuida o parágrafo 1º do artigo 13 desta



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 388 do Proc.
N.º 545 de 1983
O Funcionário J

9

lei.

§ 5º - Os projetos de restauro e conservação dos imóveis referidos no "caput" deste artigo deverão ser aprovados pela Secretaria Municipal de Cultura - SMC e, no caso de imóveis situados na Zona de Uso ZB-200, também pela Secretaria Municipal do Planejamento - SEMPLA, cabendo à primeira a fiscalização das obras e a emissão do Termo de Aceitação Técnica respectivo.

§ 6º - O controle de transferência de potencial construtivo será exercido e fiscalizado pela Secretaria Municipal do Planejamento - SEMPLA, ouvida a Secretaria Municipal de Cultura - SMC, nos casos de imóveis tombados, cabendo à SEMPLA a expedição, mediante requerimento, de:

I - Declaração de potencial construtivo, ao proprietário do imóvel preservado;

II - Certidão de potencial construtivo transferido.

§ 7º - A expedição da certidão a que se refere o item II do parágrafo anterior ficará condicionada à apresentação de instrumento público de cessão de potencial construtivo, averbado no Registro de Imóveis, na matrícula correspondente ao imóvel preservado.

§ 8º - Nos pedidos de aprovação de projetos de edificação que utilizam potencial construtivo transferido deverá ser apresentada a certidão de que trata o item II do parágrafo 6º.

§ 9º - A Secretaria Municipal do Planejamento - SEMPLA manterá um registro de todas as transferências de potencial construtivo dos imóveis preservados.

§ 10 - Para os fins desta lei aplicam-se as disposições dos artigos 12 e 13 da Lei nº 9.725, de 2 de julho de 1984.

§ 11 - A certidão de que trata o § 6º deste artigo só será entregue ao interessado mediante garantia, a ser fixada pela Prefeitura, no sentido de que a restauração será executada no prazo estabelecido pela Comissão Normativa de Legislação Urbanística - CNLU.

§ 12 - A garantia de que trata o parágrafo anterior será liberada após a emissão do Termo de Aceitação Técnica pela



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 289 do Proc.
No 545 do 19 53 10
O Funcionário

Secretaria Municipal de Cultura - SMC ou pela Secretaria Municipal do Planejamento - SEMPLA.

§ 13 - Não serão aceitas transferências de potencial de imóveis de propriedade do Poder Público, em qualquer instância.

Art. 10 - As solicitações de que trata o inciso I do artigo 6º desta lei só poderão ser aceitas até que seja alcançado o estoque de área construída máxima computável de 1.200.000 m² (um milhão e duzentos mil metros quadrados), para o total dos imóveis contidos no perímetro descrito no § 1º do artigo 1º, sendo destes 300.000 m² (trezentos mil metros quadrados) destinados a uso habitacional e 900.000 m² (novecentos mil metros quadrados) destinados a usos não habitacionais.

§ 1º - O estoque máximo de área construída computável é construída, além do já permitido pela legislação vigente, para o total dos imóveis contidos no perímetro da Operação Urbana Água Branca.

§ 2º - O estoque de área edificável adicional citado no "caput" deste artigo será distribuído em sub-áreas incluídas no perímetro da Operação Urbana, em conformidade com as diretrizes específicas, a serem definidas no edital de chamamento.

§ 3º - Não serão consideradas para o estoque de área edificável adicional as áreas referentes às solicitações de que tratam os incisos II e III do artigo 6º desta lei.

§ 4º - Após a negociação do estoque em sua totalidade, estará configurado o encerramento da Operação Urbana Água Branca.

Art. 11 - As solicitações de que trata o artigo 6º desta lei poderão ser aceitas apenas mediante contrapartida para a execução das obras indicadas no "Programa de Obras", constante do Quadro I anexo a esta lei, após análise quanto aos seguintes aspectos:

- I - Atendimento às diretrizes estabelecidas;
- II - Adequação e qualidade da proposta no tocante à solução dos problemas habitacionais existentes, quando for o caso;



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º	540	do Proc.
N.º	545	de 1953
O Funcionário	f	

III - Impacto urbanístico da implantação do empreendimento no tocante à saturação da capacidade viária do entorno e à qualidade, e à capacidade viária do entorno e à qualidade ambiental, e à capacidade da infra-estrutura existente;

IV - Uso e ocupação do solo na vizinhança e suas tendências recentes;

V - Articulação e encadeamento dos espaços públicos e dos espaços particulares de uso coletivo;

VI - Valorização paisagística dos logradouros, visando à harmonização do desenho urbano;

de de desapropriação de imóveis;

VIII - Atendimento às diretrizes do Plano Diretor.

§ 1º - A contrapartida de que trata o "caput" deste artigo refere-se aos benefícios concedidos que configuram exceções autorizadas por esta lei.

§ 2º - A contrapartida de que trata o "caput" deste artigo poderá ser:

I - Financeira, integrada ao Fundo Especial da Operação Urbana, referido no artigo 18 desta lei e gerenciado pela Empresa Municipal de Urbanização - EMURB;

II - Em bens imóveis;

III - Em obras públicas vinculadas aos objetivos da Operação Urbana Água Branca.

Art. 12 - Os interessados apresentarão sua proposta com os documentos e dados necessários a sua análise e aprovação, conforme especificações constantes do edital referido no "caput" do artigo 6º desta lei.

Art. 13 - As propostas referidas no artigo 6º desta lei serão submetidas à Comissão Normativa de Legislação Urbanística - CNLU, da Secretaria Municipal do Planejamento - SEMPLA, após análise de Grupo Intersecretarial, a ser criado.

§ 1º - Será constituído um Grupo Intersecretarial, formado por técnicos da Secretaria Municipal do Planejamento - SEMPLA, Secretaria das Administrações Regionais - SAR, Secretaria Municipal de Transportes - SMT, Secretaria de Vias Públicas - SVP



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 293	do Proc.
N.º 545	de 19 57
O Funcionário	f

e Empresa Municipal de Urbanização - EMURB, coordenado por esta última, com atribuição de analisar, instruir e encaminhar as propostas à deliberação da Comissão Normativa de Legislação Urbanística - CNLU.

§ 2º - As propostas referidas no "caput" deste artigo serão apreciadas pela Comissão Normativa de Legislação Urbanística - CNLU, no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar do recebimento da documentação completa.

§ 3º - As propostas serão divulgadas no Diário Oficial do Município, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias de sua apreciação pela Comissão Normativa de Legislação Urbanística - CNLU.

§ 4º - No caso de propostas referentes ao disposto no inciso II do artigo 6º desta lei, fica a Comissão Normativa de Legislação Urbanística - CNLU obrigada a promover, no mínimo, 1 (uma) audiência pública, divulgada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data de sua realização, em 2 (dois) jornais de grande circulação.

§ 5º - As propostas da Operação Urbana cujas áreas forem superiores a 10 a (dez hectares) exigirão a elaboração de Relatório de Impacto sobre o Meio-Ambiente - RIMA.

§ 6º - A aprovação de proposta de Operação Urbana ficará condicionada à formalização de compromisso das obrigações e garantias mútuas entre o proponente e a Prefeitura.

§ 7º - O prazo para início da execução de um projeto aprovado nos termos da Operação Urbana será definido por ocasião de sua aceitação pela Comissão Normativa de Legislação Urbanística - CNLU.

Art. 14 - A Secretaria Municipal do Planejamento - SEMPLA expedirá certidão declarando a modificação dos índices e características de uso e ocupação do solo, bem como a existência de qualquer outro benefício, devendo essa certidão ser apresentada à Secretaria das Administrações Regionais - SAR, juntamente com o pedido de aprovação do projeto, de acordo com as modificações aprovadas.

Art. 15 - A expedição pela Empresa Municipal de Ur-



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 592 do Proc.
N.º 541 de 19 53
O Funcionário

banização - EMURB, do documento comprobatório da realização da contrapartida de que trata o inciso III do parágrafo 2º do artigo 11 desta lei ficará condicionada à contestação da execução dessas obras em conformidade com a proposta, e da comprovação de recebimento da contrapartida dos benefícios públicos.

Art. 16 - O Certificado de Conclusão das edificações realizadas nos termos de uma Operação Urbana aprovada somente será emitido pelo órgão competente, depois de comprovado pela Empresa Municipal de Urbanização - EMURB, o cumprimento de todas as obrigações pactuadas.

Art. 17 - A contrapartida obrigatória mencionada no artigo 11 desta lei não poderá ser inferior a:

I - 200% (duzentos por cento) do valor econômico atribuído ao benefício concedido, nos casos de regularização de edificações citados no inciso III do artigo 6º desta lei;

II - 60 (sessenta por cento) do valor econômico atribuído ao benefício concedido, nos casos definidos no inciso I do artigo 6º e no artigo 9º desta lei.

§ 1º - Os valores econômicos citados neste artigo terão como base de cálculo os valores de mercado dos terrenos.

§ 2º - A contrapartida mínima definida no inciso II do "caput" deste artigo será calculada pela seguinte fórmula:

$$C_{min} = 0,6 \times (vt2 - vt1) \times At, \text{ onde}$$

vt1 = valor original de mercado do metro quadrado do terreno;

vt2 = valor do metro quadrado do terreno após a concessão do benefício;

At = área do terreno objeto da proposta.

§ 3º - Será concedido um desconto de 40% (quarenta por cento) da contrapartida referida no inciso I deste artigo para as solicitações propostas durante o primeiro ano de vigência desta lei.

Art. 18 - Fica criado o Fundo Especial da Operação Urbana Água Branca - FEAB, vinculado à realização dos objetivos desta lei e ações decorrentes, a cargo da Prefeitura do Município



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 152	do Proc. 14
N.º 545	de 1903
O Funcionário	J

de São Paulo.

§ 1º - O Fundo será administrado por um Conselho, composto por 7 (sete) membros, nomeados pelo Prefeito, na seguinte conformidade:

- a) o Presidente da Empresa Municipal de Urbanização - EMURB;
- b) O Diretor de Desenvolvimento da Empresa Municipal de Urbanização - EMURB;
- c) O Diretor de Obras da Empresa Municipal de Urbanização - EMURB;
- d) O Diretor Financeiro da Empresa Municipal de Urbanização - EMURB;
- e) um representante do Gabinete do Prefeito;
- f) um representante da Secretaria Municipal de Finanças - SF;
- g) um representante da Secretaria Municipal do Planejamento - SEMPLA.

§ 2º - Constituem receitas do Fundo Especial da Operação Urbana Água Branca - FEAB:

- I - Valores em dinheiro ou bens imóveis correspondentes à contrapartida;
- II - Rendas provenientes da aplicação de seus próprios recursos;
- III - Rendas resultantes da cobrança de Contribuições de Melhoria aplicadas na área da Operação Urbana;
- IV - Retorno dos financiamentos das habitações de interesse social;
- V - Quaisquer outros recursos ou rendas que lhe sejam destinados.

§ 3º - Os recursos do Fundo Especial da Operação Urbana Água Branca - FEAB, enquanto não forem efetivamente utilizados, poderão ser aplicados em operações financeiras que objetivem o aumento das receitas do próprio fundo.

§ 4º - Os recursos do fundo Especial da Operação Urbana Água Branca - FEAB serão aplicados exclusivamente em inves-



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 594	do Proc.
N.º 545	de 1975
O Funcionário	J

timentos a serem efetivados na Operação Urbana, atendidos os objetivos propostos por esta lei, e na execução das obras previstas no Quadro nº I anexo.

§ 5º - O Executivo regulamentará, no prazo de 30 (trinta) dias, o disposto neste artigo.

§ 6º - A Empresa Municipal de Urbanização - EMURB receberá remuneração por serviços prestados, relacionados ao planejamento e ao controle da operação, à elaboração dos projetos e ao gerenciamento das obras no Quadro nº I anexo a esta lei, no total de 15% (quinze por cento) do custo final das citadas obras.

Parágrafo 7º - Outras obras, não constantes do quadro anexo à esta lei, poderão ser realizadas com os recursos do Fundo Especial da Operação Urbana Água Branca - FEAB desde que sua realização seja aprovada pela Comissão Normativa de Legislação Urbanística - CNLU.

Art. 19 - Os recursos das Contribuições de Melhoria cobradas em razão obras públicas executadas com recursos da Operação Urbana Água Branca serão repassados, pelo Executivo, ao Fundo Especial da Operação Urbana Água Branca - FEAB, no prazo máximo de 30 (trinta) dias do seu recebimento.

Art. 20 - Para fins de apuração dos vencimentos dos servidores municipais, de que tratam as Leis nº 10.688, de 28 de novembro de 1988 e nº 10.722, de 22 de março de 1989, não será computado como receita corrente o montante de recursos arrecadados pela Prefeitura, destinados ao Fundo Especial da Operação Água Branca - FEAB.

Art. 21 - Para atender às despesas iniciais com a execução desta lei, relativas a custos de projeto preliminares e lançamento de editais, fica o Executivo autorizado a abrir, na Secretaria Municipal de Planejamento - SEMPLA, crédito de



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º	195	do Proc.	
N.º	545	de 19	53 16
Comissão de			
Assessoria			

Cr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros reais).

Art. 22 - As demais despesas decorrentes desta lei correrão por conta dos recursos do Fundo Especial da Operação Urbana Água Branca - FEAB e de dotações orçamentárias próprias.

Art. 23 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 6.281, de 13 de maio de 1963.



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 296	do Proc.
No 543	de 1977
O Funcionário	

QUADRO I

ANEXO: QUADRO DO PROGRAMA DE OBRAS.

I - Ligação viária entre a Avenida Francisco Matarazzo e Rua Tagipuru, com 30 metros de largura e 120 metros de extensão;

II - Extensão da Avenida Gustav Willi Borghoff ao Terminal Barra Funoa até a Avenida Santa Marina, com 20 metros de largura e 870 metros de extensão;

III - Extensão da Avenida José de Nelo Lorenzon a sul, entre a Avenida Marquês de São Vicente e a via descrita no item anterior, com 20 metros de largura e 900 metros de extensão;

IV - Extensão da Rua Mário de Andrade até à Rua Carijós, com 18 metros de largura e 2.000 metros de extensão;

V - Passagem em desnível na Avenida Santa Marina, com 300 metros de extensão sob as linhas ferroviárias da CBTU e FEPASA;

VI - Construção de Ponte sobre o Rio Tietê em continuidade à Avenida Água Preta/Pompéia, segundo diretriz de SVP/PROJ 4 e a lei de melhoramento nº 8895 de 19 de abril de 1979.

VII - Pavimentação e infra-estrutura da Avenida José de Nelo Lorenzon, com 26 metros de largura e 870 metros de extensão;



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 297	do Proc.	18
N.º 545	de 1957	
O Funcionário	f	

VIII - Pavimentação e infra-estrutura da Rua Quirino dos Santos, com 24 metros de largura e 600 metros de extensão;

IX - Reparcelamento e arruamento das Quadras 110 e 122 do Setor 019 (73.700 m²) e parte da Quadra 034 do Setor 197 (aproximadamente 235.000 m²), fazendo-se respeitar reserva de 20% da área bruta para sistema viário e 20% para áreas verdes;

X - Alargamento de passeios públicos e implantação de pistas de estacionamento nas imediações das Avenidas Tomás Edison, Dr. Moysés Kahan e Roberto Bosch (Parque Industrial Tomás Edison);

XI - Elaboração de diagnóstico atualizado e implementação de um programa de revisão dos sistemas de micro e macro drenagem da área de estudo, implementando quando necessário obras fora do perímetro da Operação Urbana;

XII - Desenvolvimento do projeto, construção e financiamento de no máximo 630 unidades habitacionais de interesse social para a população favelada residente no interior do perímetro da operação urbana;

XIII - Desenvolvimento do projeto, construção e financiamento de um edifício na Quadra 122 do Setor 019, para uso de entidades municipais da administração direta e indireta, em terreno de propriedade municipal.



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 598	do Proc.
N.º 545	de 1973
O Funcionário	

XIV - Implantação de viaduto ligando a Av. Antártica com a Av. Sumaré sobre a Rua Turiassu e Praça Marrey Júnior.

Sala da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, em 31/12/73


PRESIDENTE


RELATOR





